



DECLARAÇÃO

O Instituto Interamericano de Desenvolvimento Humano - BEM BRASIL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.10.427.965/0001-19, sediada na Av. Ibirapuera, nº. 2033, CJ 81-Bairro - Moema – CEP: nº 04.029-901 – Ed. Edel Trade Center - São Paulo (SP), por intermédio de seu representante legal o senhor ANTONIO CLAUDIO DA SILVA DO NASCIMENTO, Diretor Presidente, portador da Carteira de Identidade nº. 004.336.993-6 GEJUSPC MA e do CPF nº. 570.849.123-04, **DECLARA** a **CESAMA** – para fins de não incidência na fonte do IR, da CSLL, da Cofins, e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere a Lei nº 9.532, de 1997, arts. 12, §§ 2º e 3º, e 15; e Parecer Normativa CST nº 162, de 1974, e ainda o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e o § 2º do art. 23 da Instrução Normativa nº 1911/2019 da Receita Federal do Brasil. Declara que é entidade sem fins lucrativos de caráter associativo privado a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e do art. 53 do código civil, estando ainda, sujeita à contribuição para o PIS com base na folha de salários, à alíquota de 1% (um por cento). Dispositivos Legais: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 13, inc. IV; e da recentemente edição da Solução de Consulta COSIT nº 58/202 da Receita Federal do Brasil.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) é entidade sem fins lucrativos;
- b) presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;
- c) não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;
- d) aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- e) mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- f) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- g) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
- h) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

II - o signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

São Paulo, 02 de Junho de 2022.


Antonio Claudio S. do Nascimento
CPF: 570.849.123-04
BEM BRASIL